



DECLARAÇÃO PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL

Montevideu 2017

Nós, parlamentares das Delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai reunidos por ocasião do Quarto Encontro do Parlamento Juvenil do MERCOSUL em Montevideo, Uruguai, nos dias 6, 7, 8 e 9 de outubro elaboramos a seguinte Declaração, considerando os 6 eixos temáticos:

INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA

Propomos que em todas as escolas se implementem programas educativos que ofereçam informações históricas, geográficas, políticas, culturais, econômicas dos países que compõem a região, bem como de regiões em conflito.

Cada país decidirá em que parte do currículo nacional colocará esses temas e de que forma o conteúdo será ensinado, conforme seu sistema educacional.

Os países do MERCOSUL devem incluir história e cultura dos povos originários dos países membros do bloco na base curricular das escolas de nível médio.

Ampliar a abrangência e a vigência do programa “Escolas de Fronteira”, visando fortalecer e consolidar a integração regional do MERCOSUL, por meio da ampliação do número dessas escolas.

Incentivar que os estudantes atuem em movimentos estudantis para defender seus direitos políticos e que participem da “Cúpula Social Do MERCOSUL”.

Retomar o funcionamento da página “Latinopedia” e atualizar o seu conteúdo, que deve abranger temas históricos, turísticos, culturais, econômicos, sociais e geográficos dos países membros.

- ✓ A página deve ser atualizada e supervisionada por docentes e profissionais especializados para isso.
- ✓ Propomos criar na “Latinopedia” um dicionário básico com as palavras de uso mais frequente na região do MERCOSUR.
- ✓ Criar uma página em uma rede social, para divulgar aos jovens a “Latinopedia” e curiosidades sobre os países membros do bloco.

Garantir em todas as escolas do país a divulgação de programas que proporcionem a integração regional, tais como “Caminhos do MERCOSUR” e “Parlamento Juvenil MERCOSUL”.

Que nas escolas públicas seja opcional o ensino de idiomas como Português, Guarani e Espanhol, visando aumentar a integração no MERCOSUL. Somado a isso, deve-se também criar mais núcleos de idiomas – que seriam facultativos para os estudantes – com contribuição na formação do currículo pessoal do discente. Ademais, para que o projeto seja executado, deve-se haver fiscalização por parte dos órgãos competentes.

Que essas propostas elaboradas pelos Parlamentares Juvenis do MERCOSUL se realizem completamente e não sejam arquivadas, independentemente das mudanças de governo e ideologia política, podendo assim fortalecer a integração regional.

Implementar um acordo multilateral de regulação migratória para os estudantes do Ensino Médio, de forma a facilitar a integração e o acolhimento dos estudantes nesses países, visando evitar que eles interrompam seus estudos.

Destinar recursos públicos dos países membros, do MERCOSUR e de organizações internacionais para a criação e manutenção de projetos a exemplo do Parlamento Juvenil do MERCOSUL, de modo que os jovens possam adquirir conhecimento e novas visões sobre os países do bloco e eliminar preconceitos.

Estimular por meio de competições esportivas o intercâmbio entre os jovens do MERCOSUL que fomentem o trabalho em equipe.

Ampliar o pacto educativo entre os países do MERCOSUL para facilitar a revalidação de diplomas e certificados entre os países do bloco. Assim, espera-se estimular a qualificação nos países membros.

Fortalecer a comunicação entre os Parlamentares Juvenis MERCOSUL para que estes possam propor melhorias para o programa, bem como fiscalizar seu cumprimento¹.

¹ Por exemplo, uma página em uma rede social com integrantes de todos os países do Parlamento Juvenil do MERCOSUL.



Propomos estimular a realização de apresentações culturais, artísticas, gastronômicas e musicais entre os países do MERCOSUR nas escolas secundárias públicas, de tal forma que elas sejam realizadas por pessoas de outros países que não o país anfitrião.

Encorajamos a oferta de mais bolsas de estudo entre os países membros para que os jovens obtenham experiência em âmbito sociocultural e no mundo do trabalho, sendo essas ferramentas favoráveis para o futuro profissional.

Semana do MERCOSUL

- ✓ Criar a Semana do MERCOSUL, que deve ser realizada durante as celebrações de 26 de março (Dia do MERCOSUL). Esse evento deve ser realizado em todas as escolas de nível médio de todos os países do bloco.
- ✓ Na Semana do MERCOSUL será exposta a variedade de culturas, artes em geral, situações socioeconômicas, políticas e a gastronomia dos países do bloco.



PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A garantia de, no mínimo, um encontro nacional por país para a formação do Parlamento Juvenil do MERCOSUL para que ocorra a produção de uma declaração nacional que seja fiel a realidade cultural, social, educacional e política dos países. Deve-se haver uma supervisão para garantir, efetivamente, a realização do encontro.

A criação de leis por parte dos países que garantam a independência e a existência de todos os Espaços de Participação (Grêmios Estudantil), com a premiação de estudantes e colégios que se empenharem na criação e manutenção deste projeto. Essa premiação pode ocorrer com selos dados aos colégios além de entrar para o currículo escolar dos estudantes participantes a experiência tida no Grêmios Estudantil. Essa lei pode ter como modelo as legislações Argentina, de numero 26.877, e a brasileira, de numero 7.398/85.

O Estado utilizando seus recursos deve ampliar os programas educativos, para formar jovens voluntários e capacitados para acompanhar os Grêmios Estudantis durante sua formação. Somado a isso, deve-se fomentar a criação de federações estudantis.

Implementar o funcionamento de consultórios psicopedagógicos em todas as escolas, com o atendimento de psicólogos, médicos, assistentes sociais e autoridades competentes, considerando o que já é feito no Brasil e em algumas partes do Uruguai.

Garantir a entrega obrigatória de um exemplar da Constituição Federal de cada nação aos seus estudantes que ingressam no ensino médio. Também deve-se garantir a oferta de aulas, debates e palestras sobre a Carta Magna entregue aos estudantes, com o enfoque nos direitos e deveres de cada cidadão, como parte dos estudos nas disciplinas de História e Geografia sobre a formação e importância da Constituição Federal.

Criação de Parlamentos Juvenis Estaduais/Departamentais/Provinciais com a escolha de jovens na proporção dos representantes legislativos de cada estado, província ou departamento, a fim de promover entre os jovens o entendimento do sistema governamental, a participação política e o protagonismo juvenil, além de respeitar a realidade de cada região da nação.

A implantação de Conselhos de Educação Estaduais, Provinciais ou Departamentais com o intuito de descentralizar e agilizar na hora de solucionar as diferentes problemáticas educativas. Esse Conselho de Educação pode ser formado tanto por prefeitos como por secretários de educação, além de contar com efetiva participação estudantil.



Que haja uma união entre a comunidade escolar e as autoridades para proporcionarem uma maior acessibilidade as pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou dificuldade física, por meio de projetos, palestras e políticas publicas voltadas para esse assunto. Deve-se haver a criação de órgãos fiscalizadores que garantam a acessibilidade.

A criação de uma lei que permita o voto facultativo aos jovens de dezesseis anos em todos os países membros do MERCOSUL. Somado a isso, os países devem proporcionar mais informações sobre o processo eleitoral, por meio de aulas e palestras, a fim de promover uma real participação política, consciente e crítica.

INCLUSAO EDUCATIVA.

Incorporar, como matéria obrigatória na grade curricular comum, a língua de sinais.

Capacitar docentes e incluir ferramentas que permitam a inclusão de pessoas cegas mediante ao sistema Braille.

Realizar plenários, debates e palestras sobre problemáticas sociais de caráter juvenil, dirigido por estudantes, docentes, profissionais, pais e/ou voluntários gerando espaços de trabalho que visem diferentes propostas e que busquem tratar de projetos que valorizem a história e a cultura de seus países, dando ênfase nas personalidades mais destacadas nos assuntos em questão.

Garantir o direito à educação para os/as estudantes com filhos/filhas por meio de programas especializados para eles/elas. Além disso, a construção de políticas públicas que fomentem a criação de creches gratuitas próximas a escolas secundárias, tendo em vista a redução do índice de evasão escolar.

Incorporar ao ensino médio a aprendizagem básica de línguas originárias, de maneira opcional, segundo cada região, atendendo a realidade de muitos estados/provinciais/departamentos em defesa da identidade cultural.

Trabalhar em prol de uma inclusão plena dos estudantes com deficiência no ensino médio. Exemplo: Incentivo à prática de esportes paralímpicos.

Se exige a homologação/validação de títulos para pessoas com deficiência tanto na escola primária e na secundária.

Oferta de especializações gratuitas na modalidade especial para profissionais que acompanham pessoas com algum tipo de deficiência.

Que o Parlamento Juvenil do MERCOSUL adeque seus documentos e bibliografia ao sistema Braille e línguas de sinais; ao mesmo tempo em que assegure a participação de tradutores e interpretes de língua de sinais de cada país.

Conscientizar os estudantes do Ensino Médio sobre os diferentes tipos de inclusão, não apenas de deficiências, mas também acerca de temas como a orientação sexual e o consumo consciente de diferentes substâncias.

Oferecer iguais oportunidades educacionais, sem distinção de gênero ou condição, partindo do reconhecimento da diversidade humana.



Criação de políticas públicas de incentivo, para os setores necessitados e com poucos recursos.

Implantação de departamento(s), coordenadoria(s) ou assessoria(s) de inclusão educacional dentro de todas as instituições de ensino médio com especialistas e voluntários executando projetos de caráter pedagógico.

Promover atividades e programações para estimular e reintegrar pessoas que não concluíram o ensino médio.

DIREITOS HUMANOS

Derechos Humanos desde la educación.

A implementação de refeitórios, como um direito fundamental, em todas as escolas públicas da região do MERCOSUL, tendo em vista que, sem uma alimentação saudável não se pode realizar as atividades essenciais da vida cotidiana.

Exigimos também melhorias no acesso às escolas que se encontram em áreas rurais e comunidades vulneráveis. A aprovação do passe livre e gratuito em cada um dos países é fundamental, uma vez que somos conscientes que a educação pública não chega a todos os setores da sociedade.

Melhoria e ampliação da infraestrutura das escolas, evitando assim a superlotação das salas de aula, o que torna difícil para os professores darem aulas e para os estudantes concentrarem-se e serem eficientes. Não se trata somente de ingressar na escola, mas também nela permanecer.

Fortalecer a parceria entre as instituições e centros de recuperação de modo a não violar o direito à educação de nenhum cidadão, alcançando assim deste modo a correta ressocialização da pessoa em situação de vulnerabilidade na sociedade.

Realizar uma Semana Internacional dos Direitos Humanos destinada aos jovens no âmbito do MERCOSUL, nas escolas públicas com o apoio do governo, das Nações Unidas e outros organismos interessados, no intuito de conscientizar os estudantes sobre os Direitos Humanos. Nesta semana propõem-se que os jovens realizem ações comunitárias sobre os direitos que são cotidianamente e/ou infringidos nos diferentes âmbitos sociais. Também recomenda-se que nas escolas sejam apresentados os costumes de cada país de modo a valorizar a cultura e assim conhecer o direito à liberdade, a liberdade de expressão e a liberdade de culto dos povos originários de cada país.

Desenvolvimento de pesquisas a fim de analisar a discriminação contra a população negra, conscientizando sobre a grande quantidade de terminologias racistas, fazendo análises de textos e verificação de dicionário para que destes sejam erradicados termos racistas que podem facilmente serem substituídos por sinônimos.

Propomos que em todas as escolas de ensino médio do MERCOSUL, cada estudante possa usufruir do seu direito à identidade sem nenhuma discriminação e possa utilizar seu nome social sem que seja necessária qualquer intervenção judicial.



Que o tema da redação do programa Caminhos do MERCOSUL seja focado nos direitos humanos.

Devido ao numero de incidentes que sofrem alguns setores minoritários da sociedade, acreditamos que e fundamental a criação, em cada escola de ensino médio, de grupos de estudo sobre os motivos por trás da maioria dos homicídios.

Que os Direitos Humanos se dêem de maneira concreta nas matérias que já se encontram no currículo escolar, de forma didática, por meio de debates, jogos, filmes, bate-papos motivacionais entre outros, em que não seja ensinado somente os direitos mas também como se deve exigi-los e respeitá-los, para que o Estado realmente os reconheça e garanta-os, de fato, a todas as pessoas. Dessa forma se podem universalizá-los, aplicando-os de maneira correspondente aos contextos de cada país, devido as diferenças socioculturais entre esses.

Nós, os jovens estudantes do MERCOSUL, devido a precariedade de nossa educação, pedimos as autoridades de cada um dos Estados presentes que, se realmente somos o presente e o futuro da sociedade, invistam em educação, já que é realmente necessário garantir o acesso a uma formação de qualidade a todos os setores da sociedade.

JOVENS E TRABALHO

Nós, os jovens reunidos na comissão de Jovens e Trabalho, apesar das divergências de ideias, chegamos as seguintes propostas:

Gerar espaços que nos ensine ferramentas para ingressar no mundo do trabalho, mediante simulações de entrevistas para emprego, confecção de currículos e de cartas de apresentação e solicitação de emprego.

Oferecer estagio remunerado para garantir maior experiência em empregos futuros.

Recomendamos que se encontrem melhores formas para que o trabalho e a educação possam encontrar um ponto médio de flexibilidade de modo a eliminar a evasão escolar.

Implementar test vocacionales, para facilitar la conformación del proyecto de vida.

Realizar teste vocacionais para facilitar o planejamento de um projeto de vida.

Estimular as diferentes vocações profissionais em todo Ensino Médio por meio de oficinas com profissionais capacitados.

Facilitar infraestrutura e ferramentas tecnológicas que sejam necessárias para a continuidade dos estudos que nos permitam alcançar nossas inspirações.

Oferecer aos discentes tutorias remuneradas feita por alunos que têm um melhor desempenho escolar.

Ofertar ensino técnico agropecuário nas zonas rurais.

Aprovar leis que permitam as pessoas com deficiência um maior e melhor 10.
Divulgar e exigir o cumprimento das leis que amparem os trabalhadores.

Adequar as leis trabalhistas dos países do MERCOSUL para que os jovens que necessitem entrar no mundo do trabalho mais cedo sejam protegidos pela lei.

Abrir o mercado de trabalho entre os países membros do MERCOSUL atraindo a iniciativa privada, criando assim mais oportunidades de emprego, diminuindo os gastos do Estado.

Visitas guiadas para um maior conhecimento dos ambientes de trabalho disponíveis.

Incentivar os jovens a continuar sua formação acadêmica para alcançarem um futuro melhor.

Concursos para que os jovens possam ingressar em cargos públicos, fomentando a meritocracia, para assim erradicar o nepotismo e o apadrinhamento.

Rever o orçamento da educação pública, tendo em vista que se deve investir 7% do PIB como mínimo.

GÉNERO

Como jovens propomos que se passe a utilizar o termo “GENEROS” no plural, lugar de “GENERO, uma vez que nos encontramos frente a existência de vários gêneros, não deve-se generalizar a palavra. O termo “gênero” faz referencia apenas a dualidade masculino x feminino, sem no entanto dar lugar a que cada um possa construir e ampliar seu próprio gênero e diversificar seu conceito.

Se propõe a agregação de banheiros neutros para que sejam incluídas aquelas pessoas que, por um ou outro motivo, não sentem-se a vontade de acessar a um dos banheiros existentes até o momento. Tais banheiros devem ser individuais para evitar inconvenientes e desconfortos as pessoas que decidam utilizar-los. Realizar oficinas prévias de conscientização sobre a proposta anterior para alcançar que os jovens compreendam de maneira adequada o funcionamento dos banheiros propostos de acordo com a realidade de cada país. Desconstruir mitos e preconceitos nos momentos dos debates.

Criar um programa universal que seja abrangente ao qual as mulheres possam recorrer em caso de violência para divulgar e promover os programas já existentes, a depender das políticas e do sistema de cada país. Consideramos que os programas atuais existentes não são promovidos adequadamente e esta medida englobaria e facilitaria os meio de contato com os programas.

Aplicar programas educativos de educação sexual e utilizar arquivos educacionais referente aos temas de machismo, feminicídio, aborto, etc.

Se propõe que pelo menos um representante dos estudantes possa compor a equipe de criação dos Acordos de Normas e Convivência / Regimento Escolar. Criar aplicativos onde se divulguem e se promovam os acordos de convivência onde se utilize uma linguagem sem tecnicismo, tendo em conta que hoje em dia as redes sociais são um meio massivo de comunicação e informação. O representante deverá ser eleito pelos próprios estudantes. Estes estudantes serão devidamente capacitados para poder oferecer a informação de forma clara e correta.

Promover o estudo sobre a história das mulheres para valorizar as figuras femininas nos programas educativos conscientizando sobre o seu impacto na cultura, na sociedade e nos âmbitos sociopolíticos, através da implantação deste tema na grade curricular.

Promover, criar e implementar atividades juvenis mistas, ofertadas por pessoas capacitadas no âmbito de fortalecer a segurança pessoal e alcançar uma completa integração.

Criar caixas de sugestões físicas ou virtuais onde os jovens possam expressar suas inquietações sem medo de que sejam julgados, rechaçados ou discriminados.

Preparar profissionais para enfrentar a questão da gravidez na adolescência e garantir a inclusão de toda a comunidade LGBT nas escolas de modo a evitar a evasão escolar e garantir o direito a educação.

Oferecer apoio psicológico tanto a vítimas quanto opressores no caso de existência de qualquer tipo de violência (física ou psicológica)

Tratar do tema do aborto no contexto das matérias relacionadas a juventude e cidadania informando sobre todos os aspectos e as diferentes posturas, uma vez que consideramos que é uma realidade que nos afeta a todos e que não se deve invisibilizar.

Informar e conscientizar, a partir da escola, por meio de oficinas e atividades pedagógicas, sobre os temas de exploração sexual ou tráfico de pessoas, que são uma realidade de todos os países latino-americanos.